

**ATA DA SEXTA SESSÃO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel, no auditório do Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel. -----

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção dos senhores deputados, Agostinho Jesus Gomes Guedes, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, Débora Inês Mendes Soares, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, Agostinho Moreira Gonçalves, Tiago Josué Garcês Ferreira, Pedro Alexandre Mogadouro do Couto e os senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Canelas, António Freitas Ferreira e Oldrões, Pedro Adriano Gomes da Cunha. -----

-----A senhora deputada, Sílvia Maria Maia Ferreira da Mota, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer- PSD, apresentou a justificação de falta, por motivos de saúde, solicitando a sua substituição pelo senhor Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo. -----

-----A senhora deputada, Débora Inês Mendes Soares, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer- PSD, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Maria de Fátima Azevedo Magalhães. -----

-----O senhor deputado, Agostinho Jesus Gomes Guedes, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer – CDS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Joaquim Teixeira Bessa. -----

-----A senhora deputada, Sónia Alexandra Pinto Ribeiro, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Quer – CDS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor António José Vieira da Rocha. -----

-----O senhor deputado, Fernando Augusto Pacheco Malheiro, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alberto Correia Monteiro. -----

-----O senhor deputado, Agostinho Moreira Gonçalves, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido - PS, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, pelo senhor Renato Joaquim Rocha Barros. -----

-----O senhor deputado, Tiago Josué Garcês Ferreira, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (PS), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo senhor Luís Alexandre Igreja Guimarães. -----

-----O senhor deputado Pedro Alexandre Mogadouro do Couto, do Grupo Municipal da coligação Penafiel Unido (RIR), apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Cristiana Filipa Moreira da Silva, que também, por motivos profissionais, não pode estar presente pedindo a sua substituição pela senhora Maria do Céu Nogueira da Rocha, que por sua vez e também por motivos profissionais não pode estar presente solicitando a sua substituição pelo senhor José António da Silva Oliveira. -----

-----O senhor Presidente da Junta de freguesia de Canelas, António Freitas Ferreira apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora secretária da Junta de Freguesia, Cláudia Daniela Rocha Leal. -----

-----O senhor Presidente da Junta de freguesia de Oldrões, Pedro Adriano Gomes da Cunha, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora secretária da Junta de Freguesia, Sandra Patrícia de Almeida Silva. -----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia. -----

-----Os senhores Secretários da Assembleia Municipal, procederam à leitura das moções, votos de louvor e pesar entrados na mesa: -----

----- — **Moções, apresentadas pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer", com o seguinte teor:** -----

----- **1 — "Moção - Pela Eliminação da Violência contra a Mulher"** -----

-----O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe, a seguinte moção: -----

-----O dia 25 de novembro marca o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra a Mulher, pretendendo ser um alerta para denunciar toda a forma de violência contra as mulheres, em todo o mundo, e exigir políticas eficazes que ajudem à sua erradicação. -----

-----Em termos internacionais, de acordo com a ONU, uma mulher ou rapariga é morta a cada 11 minutos e só em 2020 foram assassinadas 81.000 mulheres e meninas em todo o mundo. -----

-----Em Portugal de acordo com a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, só até outubro deste ano, foram assassinadas 22 mulheres em contexto de violência doméstica. -----

-----Números que representam uma realidade chocante, contra a qual todos devemos dizer BASTA. Uma sociedade que se quer justa e desenvolvida, não pode permitir que parte da sua população viva com medo e tema pela sua própria vida. -----

-----Recomenda-se que todos os atores locais, regionais e nacionais contribuam de forma ativa para a eliminação de todas as formas de discriminação, promovendo a igualdade independentemente do género e repudiando todo o tipo de violência exercido sobre as mulheres, instando os órgãos de soberania da República Portuguesa a tomarem as medidas necessárias para que os direitos consagrados na Convenção de Istambul possam ser sentidos de forma efetiva." -----

----- **2 — "MOÇÃO - Eliminar as assimetrias entre freguesias"** -----

-----As freguesias do concelho de Penafiel pertencentes à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, uma das zonas mais pobres do País, nos anos de 2022 e 2023, tiveram uma redução do FFF - Fundo Financiamento das Freguesias. -----

-----Em algumas freguesias o aumento do Adicional foi inferior à redução do FFF, apesar de todos os aumentos que se verificaram no ano de 2022 e os que estão previstos para o ano de 2023. -----

-----Com estes decréscimos de receita e o considerável aumento de despesas como vão estas freguesias conseguir cumprir com as suas competências, como vai ser possível atender a situações de vulnerabilidade e solidão de grande parte dos idosos ou como vai ser possível efetuar o transporte das crianças das EB1 e Jardins de Infância para as suas escolas, que ficam a vários quilómetros da sua habitação, sem acesso a qualquer tipo de transporte público. -----

-----Cerca de 70% das freguesias Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, tiveram redução do FFF, em contraponto com as grandes freguesias do litoral que tiveram um aumento do FFF de 5%, mais o aumento do adicional, com esta redução do FFF, estas freguesias muito dificilmente conseguirão cumprir com as suas obrigações, ficando incapazes de poderem funcionar, com muita dificuldade em suportar o aumento dos vencimentos, do combustível e outros. -----

-----Assim, o Grupo Municipal "Penafiel Quer", propõe que a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida em assembleia ordinária de dia 25 de novembro de 2022, delibere instar o Ministério da Coesão Territorial no sentido de: -----

-----1. Alterar o art.º 38.º, n.º 5 a) e b), da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, para a seguinte redação: -----

-----5- Da aplicação dos critérios constantes do n.º 1 não pode resultar: -----

-----a). Uma diminuição das transferências do ano anterior calculadas nos termos do n.º 1 para todas as freguesias. -----

-----b). Um acréscimo superior à taxa da inflação prevista para o ano do OE, nunca inferior a 5/prct., relativamente às transferências do ano anterior calculadas nos termos do n.º 1. -----

-----Mais delibera: -----

-----2. Enviar a presente deliberação com conhecimento aos Grupos Parlamentares e Deputados Únicos, Representantes de partidos na Assembleia da República, Anafre e DGAL. -----

----- **O Grupo Municipal do Partido Socialista", apresentou os seguintes votos de Louvor e Pesar:** -----

----- **Votos de Louvor** -----

-----1. O Penafiel Bike Clube arrecadou um pódio na 2.ª Taça de Portugal de ciclocrosse, competição que decorreu cidade de Vila Real e contou com mais de 200 atletas de vários pontos do país. -----

-----Num circuito muito bem elaborado, mesmo com algumas baixas, devido a doença e a lesões, o Penafiel Bike Clube fez-se representar da melhor forma com Matilde Moreira (2.a feminina) a fazer um segundo lugar em cadetes sub 17. Ainda em cadetes sub 17, Francisco Melo foi 21.º. -----

-----Em juvenis sub 14, Joaquim Melo foi 11.º e Marco Rodrigues, 18.º. -----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia um voto de Louvor, à equipe Bike Clube e aos seus atletas de ciclocross, e que da decisão desta votação, lhes seja dado conhecimento." -----

-----2. "A equipa e seus Atletas, SILVA E VINHA ADRAP SENTIR PENAFIEL esteve grande destaque na segunda taça de Portugal de ciclocross. -----

-----Manhã soalheira com a presença de muito público num traçado em que todos os atletas adoraram. Os ciclistas da SILVA E VINHA ADRAP SENTIR PENAFIEL estiveram ao mais alto nível nas diversas categorias:-----

-----Joaquim Pinto master 60 foi o grande vencedor e assim lidera com as cores da ADRAP a taça de Portugal. Sendo que os restantes ciclistas obtiveram os seguintes lugares, Masters 30 -Marco Neves, décimo classificado Cadetes- João Leal, décimo terceiro e Elites Tiago Nunes vigésimo.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia um voto de Louvor, à Equipa Silva e Vinha Adrap e aos seus atletas, e que da decisão desta votação, lhes seja dado conhecimento."-----

-----3. "Abel Ferreira, Treinador, Penafidelense, comandou a equipe alviverde nos títulos da Copa Libertadores da América de 2020 e 2021, do Campeonato Brasileiro de 2022 e da Copa do Brasil de 2020. O treinador português também conquistou a Recopa Sul-Americana e o Campeonato Paulista de 2022 pelo Verdão, somando seis títulos no total.-----

-----Treinador que tem um percurso brilhante e que muito nos orgulho, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe a esta Assembleia um voto de louvor e que seja dado por escrito ao Penafidelense, a decisão tomada."-----

-----4. "O Atleta do Penafiel Bike Club, Tomás Gaspar, sagrou-se vice-campeão nacional XCC-SHORT TRACK, nos campeonatos nacionais de XCC E SHORT TRACK E DE XCO/BTT, que decorreu em Marrazes, Leiria.-- -----

-----O Atleta Pedro Cunha, do Bike Club, também esteve em destaque ao arrecadar o 3º lugar, garantindo duas medalhas para a formação Penafidelense. -----

-----O BiKe Club também obteve um terceiro lugar por equipas nos escalões de formação. Estão de parabéns os Atletas e a Equipa Bike Clube de Penafiel. -----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia, um voto de louvor, aos Atletas e à Equipa Bike Clube, e que lhes seja dado conhecimento escrito, do resultado desta votação."-----

-----5. "Silas Monteiro, atleta da Associação Recreativa Novelense, venceu o Top 12 de jovens, uma das provas rainha do ténis de mesa português, competição que decorreu no Centro de Alto Rendimento de Vila Nova de Gaia.-----

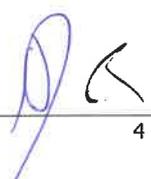
-----A Federação Portuguesa de Ténis de Mesa destaca que Silas Monteiro venceu na final Rafael Kong, do CTM Mirandela. -----

-----À Associação Novelense e ao seu Atleta, o Grupo Municipal do Partido Socialista, propõe um voto de louvor a esta Assembleia e que seja dado conhecimento à Associação e ao Atleta da decisão tomada. -----

-----6." O ActInSpace é um concurso internacional que se realizou a 18 e 19 de Novembro, em Coimbra e consiste na maior competição internacional relacionada com tecnologia aeroespacial. Temos um vencedor, a equipa TEKA ganhou o primeiro prémio em Coimbra e vai representar Portugal a CANNES, em Fevereiro de 2023. -----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista de Penafiel, propõe a esta Assembleia um voto de louvor à toda equipa TEKA, com relevo para o nosso conterrâneo João Gil Mesquita. -----

-----Desta votação deve ser dado conhecimento escrito aos intervenientes."-----



-----7. "Mais uma vez os nossos Penafidelenses Pai e Filha se notabilizaram no campeonato Mundial de POWERLIFTING.-----

-----O Penafidelense Senhor Hélio Silva, arrecadou o primeiro lugar e a sua filha Mariana o segundo lugar no mesmo campeonato. Estes dois Penafidelenses enchem-nos de orgulho a todos, por isso, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia um voto de louvor aos dois, e que lhes seja dado conhecimento escrito do resultado desta votação."-----

-----8." O piloto José Eduardo Rodrigues, de 23 anos, sagrou-se Campeão Francês de Camiões, no Racing Driver. Depois de uma prova em Espanha, testou o camião para a nova época. Participou num campeonato por inteiro e pela primeira vez saiu vitorioso. Foi campeão Francês de Camions FFSA.-----

-----Ao piloto José Rodrigues e à REBOCONORTE, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia, um voto de louvor aos dois, e que lhes seja dado conhecimento escrito, do resultado desta votação."-----

-----9. "O piloto Emanuel Costa e sua equipa, participaram na prova internacional de trial 4x4.-----  
Pilotaram o seu offroadaarmoury, atuação de masterclass no King of Portugal. Lideraram todas as voltas de início ao fim.-----

-----A prova King of Portugal, decorreu em Vimioso, Bragança, fim de semana 9/10.-----

-----O piloto Emanuel Costa venceu na classe unlimited, assim como na classificação geral.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe a esta Assembleia, um voto de louvor, e que lhes seja dado conhecimento escrito, do resultado desta votação."-----

-----10. "Mais uma vez, o nosso jovem Atleta Penafidelense, Gonçálinho Garcia, do Club de Karaté da Maia, sagrou-se Campeão no III campeonato Internacional da Costa Quebrada em Espanha. É um jovem Penafidelense que muito nos orgulha a todos e tem com toda a certeza um futuro brilhante.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista propõe, a esta Assembleia, um voto de louvor e da decisão desta votação que seja dado conhecimento ao jovem atleta."-----

-----11. "A Atleta Penafidelense Júlia Conceição, da Secção de Atletismo do Futebol Clube de Penafiel, arrecadou o primeiro lugar no escalão de Veteranos FSO, na Maratona de Lisboa.-----

-----A equipa de Atletismo, pelo trabalho brilhante que tem desenvolvido e à atleta Júlia da Conceição, o Grupo Municipal do Partido Socialista propõe, a esta Assembleia, um voto de louvor e da decisão desta votação que seja dado conhecimento à Atleta e à equipa de Atletismo."-----

-----**Votos de Pesar**-----

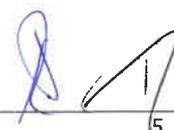
-----1. "No dia 26 de Outubro de 2022, na freguesia de Rio Mau, faleceu o Senhor David Araújo Gomes, Pai do nosso Deputado Municipal Nuno Araújo e marido da nossa estimada Senhora D. Luisa Sampaio, ex Presidente da Junta de Freguesia de Rio Mau e Medalha de ouro da nossa Cidade.-----

-----O Grupo Municipal do Partido Socialista de Penafiel, propõe a esta Assembleia um voto de pesar e um minuto 1 de silêncio em memória do Senhor David.-----

-----Desta votação deve ser dado conhecimento escrito aos dois familiares.-----

-----**O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer", apresentou os seguintes votos de Louvor:**-----

-----**Votos de louvor:**-----



-----1. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de voto de louvor à Secção de Atletismo do Futebol Clube de Penafiel pela conquista da 18ª Taça de Portugal de corrida em montanha por equipas e aos seus atletas Tiago Pereira, campeão nacional em seniores masculinos e Júlia Conceição, campeã nacional em veteranas femininas. -----

-----A Equipa de Penafiel totalizou 327 pontos, e obteve larga vantagem sobre a ADCJ Clark e sobre o Grupo Desportivo e Cultural de Castelo de Paiva classificados em 2º e 3º lugar, ambas com 92 pontos. --

-----2. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de voto de louvor ao piloto penafidelense José Eduardo Rodrigues, pelo 1.º lugar conquistado no Championnat de France Camions 2022. -----

-----José Eduardo Rodrigues Racing Driver é o Campeão Francês de Camiões 2022. Depois de uma prova em Espanha, que serviu para testar o camião para a nova época, o piloto penafidelense participou num campeonato, por inteiro, pela primeira vez e do qual saiu vitorioso." -----

-----3. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de voto de louvor à Associação Penafiel Bike Clube pela conquista de dois lugares no pódio no Campeonato Nacional de XCC (Cross Country Curto, categoria de juniores, através do desempenho dos seus atletas Tomás Gaspar, novo Vice-Campeão Nacional e Pedro Cunha que terminou a prova em 3.º lugar." -----

-----4. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de voto de louvor ao penafidelense e cidadão honorário Abel Ferreira por ter sido campeão brasileiro, pelo Palmeiras. O treinador penafidelense festeja o título, ainda antes de entrar em campo na 35.ª jornada do Brasileirão, ao beneficiar da derrota do Internacional de Porto Alegre no terreno do América Mineiro, por 1-0. -----

-----Recorde-se que Abel Ferreira foi o primeiro treinador, não nascido na África do Sul, a conquistar por duas vezes a final da Taça Libertadores em Montevidéu e sagrou-se Vice-Campeão do Campeonato do Mundo de Clubes de Futebol como treinador da equipa brasileira Sociedade Esportiva Palmeiras." -----

-----5." O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de voto de louvor ao atleta penafidelense Pedro da Cunha, que se encontra entre os melhores culturistas do mundo, pela conquista do 5.º lugar no concurso mundial Mr. Universe WABBA, que decorreu no Palácio de Congressos de Tarragona, em Espanha. -----

-----A primeira prova culturista a participar foi há 10 anos, na Taça Carlos Rebolo, tendo-se sagrado Campeão Nacional em 2021. -----

-----Pedro da Cunha tem uma vida dedicada ao fitness, uma vez que é proprietário do ginásio Wolf Gym em Penafiel, e à modalidade como atleta e como coach." -----

-----6. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de voto de louvor aos atletas penafidelenses Mariana Silva e Hélio Silva, por se terem sagrado campeões mundiais de peso e powerlift, respectivamente, na PRO League World Championship 2022." -----

-----7. "O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe a aprovação de voto de louvor ao atleta penafidelense Adão Pinto, que se sagrou Campeão Nacional de ralicross na categoria de 2 rodas motrizes. -----

-----Adão Pinto nasceu em 1980, é natural de Abragão e dedicou-se desde muito cedo ao automobilismo, praticando rally cross e a agora extinta modalidade de auto cross onde acumulou vários títulos.-----

-----No ano de 2004 competiu no Europeu de Rally Cross realizado em Lousada, onde esteve entre os 10 melhores pilotos da sua categoria. Depois de vários anos a conquistar lugares de pódio no Campeonato Nacional de Rally Cross (classe de 2 rodas motrizes) em 2021 sagrou-se Campeão Nacional e venceu a Taça de Portugal, provas organizadas pela Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting. A 3 de março de 2022, recebeu a medalha de mérito municipal dourada.”-----

-----Posto à votação a admissibilidade das moções, votos de louvor e pesar, apresentados foram aprovados por unanimidade.-----

-----**Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:**-----

-----O senhor Presidente da Junta de Luzim e Vila Cova: Começou por referir que a sua intervenção é na legítima defesa dos interesses da população de Luzim e Vila Cova. Levava uma manifestação de indignação e tristeza. Sentia-se triste quando, ao fim de um ano, fazendo uma retrospectiva via a pouca articulação e colaboração entre a autarquia e a Junta de freguesia de Luzim e Vila Cova.-----

-----Sentia-se triste quando há mais de 9 meses, que fez um pedido de um contentar de lixo e a única resposta que recebe é: " Senhor Presidente, quando fizer algum pedido, veja se temos *stock* na camara municipal". Perguntou se ao senhor Presidente se o pedido de colaboração ou os pedidos feitos à Camara Municipal têm caducidade.-----

-----Sentia-se triste quando, acerca de 6 meses, fez um pedido de materiais, para concluir um pequeno alargamento, começado há quase 2 anos, e o senhor Presidente defere esse seu pedido e até ao momento, nada.-----

-----Sentia-se triste quando o senhor Vereador Rodrigo Lopes, o chama ao seu gabinete para lhe informar que iria passar o infantário de Luzim para as instalações da escola primária e começou a conversa com a expressão: "está decidido, é facto consumado, não há volta a dar" E no final da conversa pergunta-lhe a sua minha opinião. Escusado será dizer que mediante o historai da união das freguesias, depois de se ter fechado a escola primária de Vila Cova, foi deliberado em assembleia de freguesia que quando se fechasse um infantário, este transitava para vila cova. Escusado será dizer que a junta de freguesia acerca de um ano oferece o transporte escolar a todas crianças que frequentam os nossos estabelecimentos escolares. Escusado será dizer que o jardim-de- infância de vila cova é um dos jardins-de-infância do concelho que melhores condições terá.-----

-----Sentia-se triste quando faz um pedido, acerca de 2 meses, para requalificar uma das portas de entrada e saída do nosso concelho, a rua das presas da brenha, que faz ligação entre o nosso concelho e Marco de Canavezes e nem uma resposta obtive.-----

-----Referiu que apenas pediu que fossem tapados uma dúzia de buracos. Sentia-se triste quando, não pelos melhores motivos, ouve a população a dizer que se nota perfeitamente o que é Penafiel e o que é Marco de Canavezes.-----



-----Muitas outras coisas, teria a apontar para salientar a tristeza da população de Luzim e Vila Cova, mas apenas deixaria mais uma ou duas ideias. -----

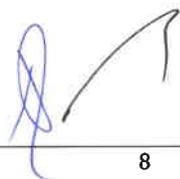
-----Relativamente à construção do parque eólico nas serras de Luzim e Vila Cova, Peroselo, Duas Igrejas perguntou se iriam ter algum benefício, ou iriam apenas usufruir do impacto ou poluição visual e sonora. Disse que o senhor Presidente, acerca de um ano, afirmou perante a Assembleia que é Presidente, não de 13 mil, não de 27 mil, mas de todos os penafidenses. Estariam aquelas palavras de acordo com a ação, ou falta desta, para com as freguesias? Continua o senhor Presidente a ser Presidente de todos os penafidenses?-----

----- O senhor deputado Joaquim Lindoro: Disse que mais uma vez que nesta Assembleia, e pela primeira vez neste mandato autárquico, ia abordar tema do hospital Padre Américo, que é a cabeça de um Centro Hospitalar que serve mais de meio milhão de pessoas. É social-democrata, é favorável à medicina privada e à medicina pública, contudo reconhece que a medicina pública é a que está constitucionalmente aprovada e é aquela a que todos, com condições económicas ou não, podiam recorrer e é aquela que em algumas situações, por exemplo, como a aconteceu no Covid 19, ou em acidentes que ocorrem na via pública, têm de recorrer nessas circunstâncias. Apesar de reconhecer que a medicina privada tem um papel importante na assistência médica em Portugal. -----

-----Vale a pena falar novamente do hospital Padre Américo na Assembleia Municipal de Penafiel, porque é um órgão que tem força, e essa mesma força já se manifestou no mandato anterior no apoio ao Hospital Padre Américo de forma decisiva. Lembrou que foi naquele órgão deliberativo que a coligação Penafiel Quer, pela primeira vez em contexto político abordou a necessidade do hospital ter uma ressonância magnética nuclear. Foi ali que foi recordado, pela primeira vez, em contexto político, que havia uma sala vazia nas instalações do hospital há mais de 20 anos, pronta para receber o aparelho de ressonância magnética e que os sucessivos Governos foram ignorado essa necessidade. O senhor Presidente da Câmara também foi decisivo na reclamação desse aparelho de ressonância magnética e após três anos, esse mesmo aparelho está a funcionar no hospital Padre Américo. -----

-----Também, a força da Assembleia Municipal de Penafiel, foi evidente na cardiologia de intervenção. Foi ali defendido que o hospital tinha necessidade de uma equipe permanente para atender aos enfartes miocárdios agudos que, até então, eram em grande parte transportados para o hospital de S. João, com perda de tempo e tempo nessas circunstâncias é um fator importante, e atualmente o hospital tem essa equipa permanente. Contributos importantes da Assembleia Municipal de Penafiel. -----

-----Recentemente, e mais uma vez, o hospital Padre Américo por más razões foi notícia por não acolher com a celeridade necessária dezenas de doentes que tinham sido internados pelo serviço de urgência e dada a gravidade dos seus casos não podiam ter alta nem podiam ser transferidos para a unidade de apoio que é o hospital de Amarante. Não havia vagas suficientes nos pisos superiores do hospital Padre Américo e esses mesmos doentes tiveram de aguardar em condições deficitárias no serviço de urgência até que houvesse vaga suficientes nos pisos superiores. Situação claramente indesejada, e ao contrário do que as notícias afirmaram, não coloca em causa o hospital mas sim o a Direção do Serviço Nacional de Saúde e a sua tutela. Mas é sempre o nome do hospital de Penafiel que aparece nas notícias



como tendo a responsabilidade do defeito do Serviço Nacional de Saúde. É uma situação recorrente que há muito devia ter sido acautelada pela tutela. -----

----- A coligação Penafiel Quer, que tem a maioria no palco democrático mais importa da região - a Assembleia Municipal de Penafiel, diz "presente" naquele problema. Quer ter voz ativa e ali levanta a sua voz a favor da necessidade urgente e imediata de resolução daquele grande problema, que tem a ver com o espaço físico. Todos sabiam que o hospital Padre Américo tem uma crise de crescimento e é verdade que o número de doentes transferidos para o hospital de S. João reduziu, como é verdade que atualmente que o hospital Padre Américo tem mais valências médicas, naturalmente que ocupam mais espaço físico do hospital, e é aí que residia o problema. Lembrou que o hospital Padre Américo foi planeado para uma população de 350 mil habitantes há 20 anos a esta parte e com o alargamento ocorrido na instituição do Centro Hospitalar Tâmega e Sousa essa população para mais de meio milhão e o espaço físico manteve-se e é claramente insuficiente e esse problema de espaço físico já ocorre há muitos anos a esta parte, o que a tutela ignora completamente. -----

----- É verdade que a evolução demográfica com o envelhecimento da população criar mais casos graves, casos com múltiplos problemas que obrigam a internamento e não é fácil lidar com esse facto, mas também sabiam que há uns milhões de euros previstos no próximo Orçamento para alargar o hospital Padre Américo e estariam todos ali presentes para escrutinar a execução desses mesmos milhões para que essa execução não passe a ser mais uma promessa do Partido Socialista, cujo resultado todos conheciam. Reafirmou que a Assembleia Municipal seria uma voz ativa a favor do hospital Padre Américo, dos penafidelenses e da região que o hospital servia. -----

----- Referiu que não queriam que senhor Ministro da Saúde, por quem tem grande estima pessoal e profissional, fosse interpelado pelo senhor Presidente da República pela falta de execução do orçamento previsto para o Hospital Padre Américo, como já aconteceu relativamente a uma sua colega do Governo. Sabia que na Assembleia Municipal existem "antenas do Governo", e por isso daquele púlpito dirigia-se ao senhor dr. Manuel Pizarro, Ministro da Saúde, que é um bom Homem do norte, apesar de socialista, não merecerá em nenhuma ocasião sofrer de uma suprema interpelação pela falta de execução do orçamento no Hospital Padre Américo. Mais disse que o senhor Ministro da Saúde não pode investir no norte, apenas no Hospital de S. João, porque existe um segundo grande hospital no distrito do Porto, o hospital Padre Américo que também tem que ver atendidas as suas necessidades e os seus projetos. -----

----- O senhor deputado Luis Monteiro: Disse que há precisamente 8 dias atrás, assinalaram-se no país, 7 anos de governação do PS, 7 anos de progressos fundamentais e 7 anos de conquistas que em muito melhoram a vida dos portugueses em geral e dos penafidelenses em particular. -----

----- Com 4 anos iniciais de um Governo inesperado, suportado por um acordo de incidência parlamentar com os partidos à sua esquerda, permitiram o crescimento da economia que cresceu muito acima da média da União Europeia, que devolveu rendimentos às famílias e que criou um clima de novos investimentos. Alterou a estratégia de resposta ao crónico problema da dívida do país, que até então, com o PSD e o CDS no Governo, era resolvido à custa da diminuição dos rendimentos das pessoas, retirando-lhes direitos, aumentando-lhes os impostos e por outro lado com o Estado a não investir em áreas chave como a educação, a saúde e na economia e modernização do país. -----

O governo da geringonça terminou assim, com o tempo em que se dizia que Portugal estava melhor apesar dos portugueses estarem pior. Terminou o tempo em que se aumentavam os impostos, cortavam salários, o tempo em que o salário mínimo não era aumentado, o tempo em que se congelavam as carreiras. -----

-----E iniciou-se um novo tempo em que se aumentaram os rendimentos, se baixaram os impostos, se diminuíram os preços dos transportes públicos, se ofereceram os manuais escolares e acima de tudo se passou a respeitar as pessoas, sem pôr em causa a sustentabilidade das contas públicas que melhoraram. E o resultado foi o reconhecimento dos portugueses com uma vitória inequívoca em 2019 que depois se reforçou em 2021 com uma expressiva maioria absoluta, nas eleições antecipadas onde os portugueses quiseram premiar o PS pela forma como tinha gerido a pandemia do covid e contando com o PS como o partido que estava mais capaz de dar resposta aos desafios do futuro. E cá estariam até 2026. -----

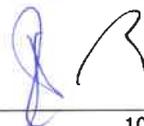
-----E apesar dos tempos em que vivemos serem tempos de grande incerteza, a economia portuguesa continua a superar as expectativas, com crescimento económico, com uma variação homóloga no 3.º trimestre de 4.9%, mais do que o dobro do registado na Zona Euro. -----

-----E continuaremos a fazer o caminho de desenvolvimento e progresso, preparando o futuro, libertando mais pessoas do risco de pobreza e exclusão social, com mais graduados no Ensino Superior, investindo cada vez mais em Investigação e Desenvolvimento, sendo no mundo um exemplo de país que lidera a substituição da utilização de combustíveis fósseis por combustíveis de origem renovável e aumentando as exportações.-----

-----E são tantas e tantas as medidas apresentadas para ajudar os portugueses: O lançamento do programa Famílias Primeiro; a resposta à subida dos preços da energia; a resposta ao problema da saúde com mais vagas para médicos especialistas com um forte enfoque na Medicina Geral e Familiar. Com a resposta a nível da habitação com o Programa Nacional de Habitação. Com o aumento dos salários: Até 2026, o Salário mínimo Nacional irá subir 78% e a remuneração média irá subir 50%. É certo que o PS governa em maioria absoluta, mas continua a incentivar a concertação e o diálogo. Com a assinatura do Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública, pela primeira vez este século, o Governo alcançou um acordo em matéria remuneratória com os sindicatos da função pública, permitindo a atualização salarial mínima de 52€ e a reestruturação das carreiras. Nenhum funcionário público terá um aumento mensal menor durante os próximos 4 anos do que 208€. Além disso saliente-se um outro acordo com os sindicatos da administração pública prevendo o aumento generalizado do Salário Mínimo Nacional, que deverá alcançar os 900€ em 2026. -----

-----No que dizia respeito e na sequência das notícias vindas a público, disse que tomaram conhecimento de que a Câmara Municipal de Penafiel realizou contratos com uma deputada municipal eleita pela Coligação Penafiel Quer. Sobre o assunto a Câmara já assumiu publicamente a sua posição de que entendia que esse contrato era legal. -----

-----O PS, por seu lado, já divulgou publicamente a sua posição de que considerava esse contrato ilegal, suportado num acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 2019, segundo o qual qualquer eleito local está impedido de contratar com a autarquia da sua área de eleição, sendo que são passíveis de serem anulados. Além disso, os vereadores eleitos pelo PS já afirmaram que, se a Câmara Municipal



de Penafiel insistir na defesa da legalidade deste tipo de procedimentos, irá avançar com a respetiva participação ao Ministério Público. -----

----- Posto isto, admitindo que o Sr. Presidente da Câmara não mudou de opinião, perguntou se está consciente dos riscos pessoais, financeiros dessa posição e se não seria avisado desde já começar a fazer o levantamento de outros contratos que tenham sido celebrados entre a câmara municipal e outros eleitos locais no sentido de compreender a magnitude desse risco. -----

----- Por outro lado, a câmara adjudicou, nos últimos 5 anos cerca de 770 mil euros de trabalhos gráficos a duas empresas a INVULGAR e a GRAPH24. Desses 770 mil Euros, 657 mil euros foram adjudicados à INVULGAR, com contratos em que a sua maioria é de 74500€, por consulta prévia. -----

Na consulta à base.gov verifica-se que a GRAPH24 que concorre diretamente nestes concursos é detida pelas mesmas entidades que a INVULGAR. Ou seja, tem designações diferentes, ambas as empresas pertencem às mesmas pessoas. -----

Por essa razão, perguntou ao senhor Presidente se conhece essas duas empresas e se tinha conhecimento que pertencem aos mesmos donos e se não acha que podiam estar perante o risco de incumprimento das regras de contratação pública designadamente da livre concorrente, ou perante a concertação de preços. -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Relativamente à intervenção do senhor deputado Luís Monteiro no que dizia respeito ao Governo da nação, questionou sobre uma afirmação e pediu esclarecimentos quando disse que o "Governo não governa em maioria absoluta". Curiosamente, ainda hoje, quando estava a ler o jornal Correio da Manhã dizia o seguinte: "PS chumba 97% das propostas de orçamento feitas pelos partidos da oposição." Mediante o que estava escrito no jornal, se aquilo não era governar e maioria absoluta não sabia o que era. Questionou no sentido de saber se o que o senhor deputado disse foi um equívoco ou não. -----

----- Outra questão tem a ver com a forma como o senhor deputado Luís Monteiro se pronunciou quanto à questão de um contrato celebrado pelo atual executivo que referenciou como ilegal e fez referência a um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 2019. Explicou que esse acórdão como muitos outros, eram acórdãos que se pronunciam em função de casos concretos. Informou que leu esse acórdão, e foi o próprio, enquanto advogado, que interpôs o recurso para o Supremo Tribunal Administrativo. Conhecia-o bem e ocorreu numa circunstância em que se punha em causa a imparcialidade de um membro da assembleia num contrato, numa contratação pública, que estava adjetivada no PPI do concelho, foi presente à assembleia municipal e a mesma foi votado pelo deputado presente. O contrato em causa é celebrado entre uma empresa e o executivo através de um procedimento de consulta, mas que não está sujeito à apreciação da Assembleia Municipal em circunstância alguma. A imparcialidade que pretende o legislador acautelar é uma imparcialidade, para que não haja a possibilidade de alguém na assembleia municipal de alguma forma, encontrar forma de pressionar o executivo e, portanto, são diferentes as circunstâncias. -----

----- Perguntou ao senhor deputado, se naquela circunstância leu esse mesmo acórdão e se achava que a situação que ali referiu é parecida com o que estava em causa, sendo certo existem vários



acórdãos ou pareceres das comissões de coordenação em sentido contrário do que o senhor deputado ali defendeu.-----

----- — O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que o senhor deputado Carlos Pinto leu no jornal Correio da Manhã que 97% das propostas não foram atendidas, mas podia ter lido e visto, por exemplo na TV, que 67 % propostas da oposição foram aprovadas. O contrário se passa no concelho de Penafiel, em que o PS apresentou várias propostas e nenhuma foi aceite. Era preciso uma grande desfaçatez por parte do senhor deputado. -----

-----No que dizia respeito ao contrato, disse que estava preocupado, porque o PS suportou a sua denúncia com base numa decisão do Tribunal e a Câmara Municipal suportou-se com base num parecer de CCDR, entendimentos diferentes. Se o PS fizer uma participação ao Ministério Público haverá um inquérito e haverá uma decisão e tomara que seja no sentido de considerar legal porque na perspetiva de ser ilegal era avisado de fazer o levantamento de outros contratos que existam com outros eleitos locais. Era uma questão de prevenção. -----

-----— A senhora deputada Ana Lourenço: Disse que ao ouvir a intervenção do senhor deputado Luís Monteiro teve a sensação que não viviam no mesmo país, pois não iam aos mesmos supermercados, não pagavam os mesmos impostos e depois tinham que ir ao privado se queriam uma consulta ou tinham amigos ou primos a sair de Portugal porque neste país não conseguiam concretizar os seus sonhos, não viam os mesmos jovens a desistirem do ensino superior porque não conseguiam pagar o alojamento.-----

-----Mencionou que chegado ao fim mais um ano, o balanço social, económico e cultural do concelho é mais vez positivo. Exemplo disso são os últimos dois meses em que Penafiel correu as várias páginas comunicação social, e por vários motivos, entrou na casa dos penafielenses, ofereceu animação, experiências culturais e sociais à nossa comunidade e a todos, e foram muitos, os que nos visitaram. -----

----- Falava da Escritaria, um evento literário único e diferente e não sou eu que o digo, são os vários especialistas, os apaixonados por livros. O evento dedicado este ano a Ana Luísa Amaral, infelizmente a título póstumo, pela infelicidade do seu falecimento em agosto deste ano. Mas Ana Luísa Amaral e a sua poesia, estiveram presentes nas nossas ruas, nas nossas montras, nas nossas escolas, contribuindo para a dinamização da comunidade penafielense. -----

-----E agora, recentemente o nosso são Martinho. Este ano com uma nova praça que permitiu a melhoria das acessibilidades, aumentou o dinamismo da nossa tradicional feira, trouxe novidades na área gastronómica. Uma feira com um dinamismo regional muito forte, que não esquece as nossas montras no artesanato e o tradicional magusto. -----

-----Infelizmente Penafiel não foi notícia apenas por bons motivos, como tinha anteriormente referido o senhor deputado Joaquim Lindoro, na última semana o Centro Hospitalar foi novamente notícia pela falta de condições físicas para acolher todos aqueles que precisavam de cuidados de saúde urgentes e de internamento. Um problema de há muito. Um hospital construído para servir 300 mil utentes mas que agora tem que servir 500 de 12 concelhos e 4 distritos. Um problema que contribui também, para a degradação das condições de trabalho dos profissionais de saúde, sentindo-se exaustos e derrotados, conforme declaração dos mesmos. -----



----- Que medidas concretas irão ser tomadas para mitigar este problema? Ora, o senhor Ministro da Saúde tem uma ótima solução, ou seja, dar alta aos doentes ao fim de semana. Referiu que tudo aquilo é gozar com a nossa região, é gozar com todos os utentes do centro hospital do Tâmega e Sousa, é gozar com os profissionais de saúde que trabalham no SNS. -----

----- Com aquelas políticas, que contribuem para a degradação do SNS, que só pensam no imediato e não pensam a longo prazo, só tinham uma solução que é dar alta a este Governo Socialista. -----

----- **Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação a moção, e os votos louvor e pesar acima transcritos.** -----

----- Os votos Louvor e Pesar foram subscritos por todos os presentes. -----

----- Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade. -----

----- Posto à votação, os votos de Pesar foram aprovados por unanimidade, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insignes cidadãos. -----

----- — **Discussão e votação da moção " Pela Eliminação da Violência contra a Mulher";** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 41 votos a favor, Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- — **Discussão e votação da moção "Eliminar as assimetrias entre freguesias";** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- — O senhor Presidente da Junta de Penafiel: Relativamente à redução do fundo de financiamento das freguesias (FFF) para Penafiel, referiu que essa redução foi feita em 2022 e vai voltar a acontecer em 2023. Disse que o Governo tem feito uma redução do fundo de equilíbrio financeiro às freguesias, mecanismo que corresponde, segundo o Conselho de Finanças Públicas "a uma subvenção geral consagrada na lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades

intermunicipais, "equivalente a 19,5% da média aritmética simples da receita proveniente do IRS, do IRC e do IVA, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social".-----

-----Realçou que esta situação está a causar grandes transtornos nas juntas de freguesia, sendo que parte destas freguesias que estão situadas numa das zonas mais pobres do país, tiveram uma redução do FFF, algumas em que o aumento do adicional foi inferior à redução do FFF.-----

-----Mencionou que no concelho de Penafiel 21 freguesias viram o seu fundo diminuir e só sete viram o seu fundo a aumentar, Disse ter consultado várias entidades no sentido de tentar perceber as razões para esta diminuição do FEF, mas ninguém lhe explicou nada.-----

-----Não entende porque é que a freguesia de Rio de Moinhos em 2022 teve um aumento do FEF e em 2013 tem uma redução do FEF. Será que houve menos cobrança de impostos em Rio de Moinhos? A freguesia de Canelas, em 2022 teve uma redução do FEF e em 2023 aumentou. Por exemplo, Paredes que em 2022 teve uma redução do FEF de 10 euros, teve um aumento do adicional, e em 2023 tem um aumento de quase 17 mil euros. A freguesia de Penafiel teve uma redução do FEF em 2022 e em 2023 que, no global, atingirá os 450 euros. Não entende o que é que o PS tem contra Penafiel e os penafidelenses. Lembrou que a Junta de Freguesia de Penafiel teve um senhor Presidente de Junta de Freguesia do PS durante 4 anos que deixou quase 300 mil euros de dívida, entretanto, quando a Junta da Coligação Penafiel Quer começou a recuperar a situação financeira da junta, aparece o Governador que lhe corta o FEF.-----

-----Disse que grande parte das freguesias que estão situadas numa das zonas mais pobres do país foram, também, penalizadas por esta redução do FFF, e em algumas freguesias o aumento do adicional foi inferior à redução do FFF. Estava preocupado com o facto de muitas dessas freguesias não conseguirem cumprir com as suas competências e os seus compromissos no próximo ano e por isso fez chegar a sua preocupação junto dos vários grupos parlamentares com assento na Assembleia da República, ao Presidente da República e outros organismos e entidades.-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Começou por dizer ao senhor Presidente da Junta de freguesia de Penafiel, que o PS ama Penafiel e é para isso que faziam política, e se propunham a liderar o concelho em cada uma das suas freguesias. O senhor Presidente da Junta não podia colocar em causa o amor que o PS tinha à sua terra.-----

-----Disse estar solidário com a preocupação dos autarcas que viram o FEF diminuir, contudo é difícil discutir aquele tema em tão pouco espaço de tempo porque é um assunto que carece de uma maior profundidade na sua abordagem. No entanto tinha ficado na dúvida se estava a discutir as dívidas das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal porque se fosse esse o exercício, tinham muito que discutir, porque no dia que começarem a falar das Juntas de Freguesia geridas pelo PSD e pela Coligação Penafiel Quer e as dívidas que também deixaram para trás, dava mais um filme.-----

-----Achava legítima a preocupação da Freguesia de Penafiel discutir a redução da distribuição dos fundos, e é de elogiar a forma como se organizaram, juntando um conjunto de Presidentes de Junta de Freguesia para apresentarem aquele documento, mas não entendia muito bem o que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel foi ali defender. Não conseguia entender bem a moção no que se referia ao artigo 38, pois já leu o artigo 38, fala na alínea a) e b) e não conseguia encontrar estas

alíneas na Lei. Lembrou que essa mesma Lei tem data de 2013, num Governo liderado pela coligação PSD/CDS-PP, e quem definiu os critérios definiu a distribuição do montante dos fundos e esse mesmo bolo que tem sido distribuído ao longo dos últimos anos pelo Governo do PS que o tem aumentado quer para as Juntas de Freguesia quer para as Câmaras Municipais. Disse que não tem acompanhado as transferências para o município de Penafiel nos últimos dois anos, mas sabe que houve um aumento significativo nas transferências, nos anos anteriores, para a Câmara de Penafiel e mesmo para as freguesias. O bolo existe e é um e é distribuído com critérios claros e objetivos para cada uma das freguesias. Se o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel diz que esses critérios estão errados, que não se aplicam ou que não devem ser aplicados significa que uma freguesia que recebe mais dinheiro, há uma outra freguesia, inclusive do concelho de Penafiel que também vai ver reduzida essa transferência. Referiu que teve o cuidado de contactar o município de Lousada e foi informado que apenas uma freguesia, do centro, viu o FEF ser diminuído, e todas as outras viram as verbas a serem aumentadas. -----

----- Disse que atendendo aos critérios a distribuição do fundo é feita com base na tipologia da área urbana, densidade populacional e o número de habitantes. Admitindo que alguns critérios não tenham mudado, por exemplo a área urbana, outros como a densidade populacional e o número de habitantes, será que estavam a deixar construir habitações mais dispersas, não estavam tão concentrados como podiam estar outros municípios pelo país, eram esses os critérios objetivos. -----

----- Reiterou que estavam solidários com os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, pois ninguém quer ver as freguesias de Penafiel perder dinheiro, mas o debate tinha que ser mais profundo. Achava que o rigor com que este debate está a ser feito não é o melhor. Achava que deviam estar debater o porquê das freguesias estarem a perder transferências, o que estava por acontecer nessas mesmas freguesias, porque no passado a força que é transmitida no âmbito da moção é a mesma força que no passado o Partido Socialista, na sua pessoa, sempre defendeu em diversos momentos na Assembleia Municipal, em que as freguesias tinham-se de debater não só contra o Governos mas muitas vezes a forma como o município gere e distribuía esse dinheiro. -----

----- Recomendou que se decidirem levar avante a votação a moção era necessário que houvesse mais rigor e que fosse ponderado e discutido com mais profundidade, porque há razões objetivas, caso contrário o voto do grupo municipal do Partido Socialista é abstenção. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Penafiel: Disse que as grandes freguesias do litoral tiveram um aumento do FEF de 5%, mais o aumento do adicional, em contraponto com as freguesias do interior que viram a redução do seu FFF. O problema é a grande maioria das freguesias são que teve uma redução. Felizmente que em Penafiel tivemos um aumento das transferências da Câmara Municipal na ordem dos 10 a 20%, ao contrário das transferências do Governo. No caso de Penafiel, relativamente aos censos de 2011 e aos de 2021 a freguesia de Penafiel cresceu, por isso não podiam ir pela densidade populacional e era isso que ninguém lhe consegue nem sabe explicar a fórmula aplicada. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que o que estava em causa na moção é a preocupação das Juntas que viram o FEF reduzido sem nenhuma explicação. A Junta de Freguesia de Penafiel só pede



que se altere o artigo 5.º, que diga que da aplicação dos critérios não pode resultar uma diminuição das verbas do ano anterior para todas as freguesias. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Reafirmou que a moção era válida, meritória e de louvar pela capacidade de se organizarem em defesa das freguesias, apenas deixou nota que a capacidade de organização e defesa das freguesias devia ser transversal, não só no exercício que se fazia junto do Governo, pois não iam bloquear apenas achavam que o tema não estava bem discutido, contudo a pergunta era legítima. Entendia que esse exercício devia ser também feito junto da Câmara Municipal porque dentro da sua autonomia reivindicarem quer junto do Governo quer Junto da Câmara Municipal. Porque no passado já tinham assistido a cortes sucessivos de alguns milhões às Juntas de Freguesia e às Associações do concelho e não se viu aquela força e dinâmica que se via agora. -----

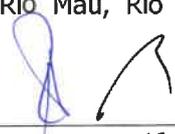
----- Posta à votação, a moção acima descrita foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova. -----

----- **1.º Ponto — Aprovação da Ata da sessão anterior;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 43 votos a favor, António Gaspar Ferreira Dias, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de



Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

-----**2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Começou por referir que no que respeita ao Pelouro de Gestão Urbanística e Informação Geográfica, voltou a lamentar o facto da informação não disponibilizar indicadores relativa a tempos de apreciação dos processos do âmbito da atividade da Divisão de Gestão Urbanística, os dados referentes aos tempos mínimos, médios e máximos de apreciação por tipologia do processo registado. Seria uma informação mais útil e mais transparente. Deu nota do pouco cuidado com a revisão do documento. Chamou a atenção para a existência de erros ortográficos ao longo do documento, por exemplo muitas vezes escrito "empresa de acessória" em vez de "empresa de assessoria" no Pelouro da Habitação, entre outros. Nada justifica que o Sr. Presidente da Câmara assine documentos como sendo seus com erros ortográficos. Mencionou o facto de que cada pelouro apresenta informação à sua moda. Uns com algum enquadramento, outros "despejando" dados numéricos sem enquadramento.-----

----- Assim, sugeri 4 propostas de melhoria para futuro: -----

----- 1. O senhor Presidente poderia mandar criar um modelo comum para todos os pelouros que pudesse tornar esta informação mais sistemática, coerente e transparente. -----

----- 2. Seria igualmente importante que a par das iniciativas que são divulgadas que as mesmas pudessem vir, na medida do possível, acompanhadas com informação dos respetivos custos. Já há municípios que o fazem e todos nós ficaríamos mais e melhor, informados. -----

----- 3. Que deste documento constasse informação relativa ao prazo médio de pagamento a fornecedores. É que segundo o relatório do Conselho de Finanças Públicas relativo às contas de 2021, Penafiel tem a terceira maior dívida a nível de fornecedores. O senhor Presidente tem desvalorizado e desculpando-se que isto se deve ao atraso nos pagamentos das faturas dos fundos comunitários. Então, gostaria que na próxima informação prestada, viesse acompanhada da informação de que fundos, obras e atraso de pagamento estavam a falar. Seria um diálogo mais sério e uma atividade melhor escrutinada.-----

----- 4. Qual o valor total da dívida naquele momento e que medidas, está a autarquia a desencadear no sentido de corrigir aquela situação. Note-se que o relatório da IGF sobre períodos anteriores que terá sido encaminhado para o Ministério Público que junto do Tribunal de Contas há de fazer o seu caminho, mas prefiro, sinceramente que nos concentremos que as irregularidades financeiras reportadas pela IGF não continuem a existir e se previnam no futuro. Ficaríamos todos, nesta assembleia, creio eu mais descansados.-----

----- Mais disse que nesta informação, nada é referido relativamente ao projeto que estará a ser feito para o antigo posto médico de Paço de Sousa, segundo informação do Sr. Presidente, que li nas atas das reuniões do executivo de outubro. Segundo a sua informação, o projeto está a ser feito em articulação



com a Junta de Freguesia de Paço de Sousa para a construção de um edifício a custos controlados, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Pergunto, se o projeto já foi concluído e o que prevê. -----

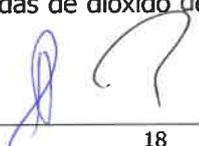
-----Para terminar e porque não consta da informação, o senhor Presidente durante o ano de 2021, informou que tinha iniciado o processo de encerramento do Aterro Sanitário de Rio Mau. A pergunta que faço é qual é o ponto da situação desse encerramento e qual é a data prevista para que isso aconteça.----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente às duas moções ali apresentada, manifestou a sua solidariedade. No caso da moção do apoio às Jutas de Freguesia, disse que era uma moção inteiramente justa nos tempos difíceis que estavam a viver, como aumento da inflação permanentemente a fazer-se sentir em muitas das dinâmicas das Juntas de Freguesia, o seu peso já se faz sentir de forma acentuada e é incompreensível que esses cortes aconteçam. Seria incompreensível e lamentável que não fossem feitos aumentos de acordo com a taxa de inflação, quer a que já estava acontecer este ano, quer aquela se antecipa para o próximo ano, e é incompreensível que só não aconteçam os aumentos como ainda acontecem cortes para algumas das Juntas de Freguesias. Apesar das dificuldades e dos seus condicionalismos no município de Penafiel, já por duas vezes fizeram aumentos nas transferências para as Juntas de Freguesias do concelho no âmbito do acordo de transferências de competências, ou seja, um aumento de 20% porque têm a perceção das suas dificuldades que os senhores Presidentes de Junta sentiam e do trabalho que permanentemente realizam nas suas freguesias. -----

-----Quanto à moção contra a violência contra as mulheres, disse que era absolutamente pertinente. A Câmara Municipal nesse domínio quer na campanha que a GNR tem vindo a desenvolver denominada " Submissão não é solução", da qual a Câmara é parceira, quer em relação à Associação para o Desenvolvimento da Figueira, a primeira a ter uma casa de abrigo para apoio às vítimas de violência doméstica, que também têm desenvolvido parcerias nesse domínio que é um flagelo que tem que ser permanentemente combatido. -----

----- No que dizia respeito à intervenção do senhor Presidente de Luzim e Vila Cova, que foi ali partilhar a sua tristeza e indignação, explicou que a vida de um autarca não era fácil, tinham por vezes, poucas e de curta duração alegrias e momentos de felicidade, mas a maioria das vezes era de indignação, obstáculos para ultrapassar, tristeza e mágoa, que tinha saber ultrapassar e não valia a pena contar com um caminho diferente. Atendendo que o senhor Presidente da Junta da Freguesia foi eleito há um ano, ficou surpreendido, porque as suas palavras pareceu-lhe mais de um certo desânimo e falta de motivação. Disse que para continuar a servir a sua freguesia tinha que estar motivado. Naturalmente que, quando se candidatou tinha os seus planos e os seus projetos, sabia como os iria concretizar, não estava seguramente à espera da Câmara Municipal, portando devia estar motivado e continuar porque presidir a uma Junta de Freguesia no concelho de Penafiel é algo verdadeiramente extraordinário.-----

-----Relativamente às torres eólicas disse que Luzim e Vila Cova iam ganhar, assim como todas as demais 27 freguesias do concelho que vão beneficiar com a instalação de torres eólicas. Era falar do maior investimento público e privado feito no concelho de Penafiel. Algum desse investimento vai contribuir para a economia local, mas sobretudo do ponto de vista ambiental, vão ter energia verde que vai poder alimentar os vários concelhos da comunidade do Tâmega e Sousa. As toneladas de dióxido de



carbono que se vão evitar com esse investimento ambiental, reflete bem a sua importância. Referiu as toneladas de dióxido de carbono que se vão evitar com aquele investimento ambiental. Portanto, não podiam encher a boca com a importância do ambiente, da descarbonização e depois quando têm projetos que são verdadeiramente importantes olhar para eles com má cara.-----

Mais disse que cada fatura da produção energética há uma percentagem é para o orçamento municipal, que significa que é para aplicar em todo o concelho de Penafiel. -----

----- No que dizia respeito à intervenção do senhor deputado Joaquim Lindoro sobre o hospital Padre Américo, disse que era um tema que preocupava a todos e quem lá está no dia-a-dia sentia de forma muito mais próxima todo o que tem vindo acontecer sendo que o drama das urgências no hospital Padre Américo afetava a todos. Ver nas televisões os corredores cheios de utentes nas camas, e muitas vezes também crianças, não é edificante e sobretudo não é humanamente aceitável. Informou que solicitou, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, com caráter de urgência, uma reunião com o Diretor do SNS para poderem abordar e refletir sobre esse tema e procurar soluções. Disse que já eram episódios a mais das urgências sem capacidade de resposta e isso não tinha que ver com o covid, pois todos se lembravam que já em 2017, verem os noticiários dos canais públicos nacionais, abrirem com notícias das urgências do Hospital Padre Américo. Era importante pôr cobro àquela situação e esperava que o senhor Diretor do Serviço Nacional de Saúde pudesse agendar essa reunião o quanto antes. -----

----- A intervenção da senhora deputada Ana Lourenço que abordou as dinâmicas do concelho de Penafiel, exemplificando e ilustrando com o Escritaria, que mais uma vez uma brilhante edição, ainda que mais triste que nos anos anteriores porque "partiu" antes do tempo a escritora homenageada, mas ainda assim cumpriram e honraram aquela que tem sido a tradição do festival literário. -----

----- O S. Martinho, ainda que o espaço não esteja já totalmente concluído, mas foi já possível a todos aqueles que por lá passaram, ver como se vai ficar com melhores condições para ali realizar a prova dos vinhos e ver o espaço fantástico para a realização de atividades naquela nova praça que ali está a crescer, com as acessibilidades que permitem também ai chegar de forma mais fácil e com mais estacionamento, com uma grande melhoria para a cidade de Penafiel. -----

----- Relativamente ao tema também abordado pela senhora deputada sobre o hospital, sugerindo que o Governo "precisava ter alta", disse que não era "alta" de que o Governo precisava mas sim de "meter baixa" e de baixa prolongada, porque o seu estado de saúde tem-se revelado muito preocupante com os últimos episódios a que se têm assistido por todo o país. -----

----- Quanto à intervenção do senhor deputado Luís Monteiro na abordagem a propósito dos sete anos do Governo da República celebrado recentemente, com hossanas ao Governo, como anteriormente tinha referido a senhora deputada Ana Lourenço, dava ideia que o senhor deputado, não vivia no mesmo país que todos os presentes. A título de curiosidade disse que recentemente leu no jornal Expresso, que dizia: *"A Roménia outrora a nação mais pobre dos estados membros da união Europeia deverá subir ao 19.º lugar, no ranking com um Pib per capita equivalente 79% de média da Europeia. Por sua vez, Portugal cairá para o 20.º lugar, com um PIB per capita equivalente a 78,8% da média europeia. Quando a Roménia aderiu à União Europeia em 2007, já Portugal levava 2 décadas de apoios comunitários. Há Pouco mais de 20 anos Portugal era 3 vezes mais desenvolvido do que a Roménia, 85% contra 25%*

respetivamente. Ao longo deste século, Portugal já foi ultrapassado por Eslovénia, Malta, República Checa, Eslováquia, Lituânia, Estónia, Polónia e Hungria. Segundo o jornal Expresso só não está mais afundado no ranking por demérito dos outros países. O Produto interno bruto per capita em Portugal foi o 7.º mais baixo da União Europeia em 2021. Os dados divulgados pelo Eurostat em março deste ano mostram que Portugal estava 26% abaixo da média comunitária." Referiu que aqueles dados já lhes permitem perceber que de facto o senhor deputado Luís Monteiro vive, ou está no mundo da fantasia. Não é exatamente a realidade que infelizmente todos conheciam. Aquela foi a parte menos relevante da sua intervenção, porque é a parte fantasiosa, mas a segunda parte da sua intervenção era grave e preocupante porque têm muito orgulho no facto da Assembleia Municipal de Penafiel, ao longo dos anos ser capaz de manter sempre o nível de elevação, ao contrário daquilo que acontece em outras Assembleias Municipais. Em Penafiel pautaram sempre a sua postura pela elevação, e não costumavam baixar o nível trazendo para aquele fórum temas de suspeição. Referiu que foi com tristeza que ouviu a intervenção do senhor deputado Luís Monteiro abordar ali uma questão que é, sobretudo, de carácter jurídico e que tem absoluta e clara explicação. Aliás os senhores do Partido Socialista, andaram a tentar planta-la em vários jornais nacionais, e conseguiram a proeza de ter acolhimento apenas no Correio da Manhã, porque ela não é nem tem o menor sentido, uma vez que vieram falar de contratos feitos por uma senhora deputada da Assembleia Municipal, num âmbito de uma empresa em que é gerente, contratos esses que, já existiam antes de ser deputada da Assembleia Municipal e efetivamente, depois continuou a participar em termos de procedimentos concursais públicos, por convite prévio, ou seja é convidada a empresa da senhora deputada assim como foram convidadas outras empresas e houve concursos a que concorreu que até nem ganhou, ganhou uma empresa de Lisboa – Espalma Ideias, o procedimento em 2020. Deu como exemplo que também, a empresa da senhora deputada, prestou serviços à Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, em 2021. -----

----- Quanto às questões jurídicas, disse que o PS fala de um acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 2019, enquanto o parecer da direção jurídica da CCDR Centro é mais recente, de 2020, ou seja, é posterior a esse acórdão e assinado pela distinta jurista, dra. Maria José Castanheira Neves, assim como o parecer da jurista da Câmara Municipal de Penafiel, dra. Ivone Sá ia no mesmo sentido. Os serviços da autarquia, com base naqueles pareceres, entenderam que não havia nenhuma irregularidade. Todos sabiam que em cada ação que há no tribunal, há sempre dois advogados, às vezes mais, o que significa que a Lei não é uma ciência exata e, por isso, é que há tanto contencioso jurídico e é normal que haja interpretações distintas. Para que ficasse claro, pois não queria e nem permitiria nunca que existam quais quer dúvidas e porque não quer alimentar aquele tipo de estratégia política vai solicitar à Procuradoria-Geral da República, que se pronuncie sobre a melhor forma de interpretar aquela norma e assim ficariam todos mais tranquilos. Disse que não queriam fazer braço de ferro com questões que são de natureza essencialmente técnica. -----

----- Relativamente à questão das Artes Gráficas, explicou que em 2017 foram convidados para os procedimentos de artes gráficas 7 empresas, em 2018 também 7 empresas, para o ano 2019 e 2020 foi por concurso público. Em 2021 e 2022, foram novamente convidadas 7 empresas, sendo que a Lei determina para consulta prévia apenas o mínimo de 3 empresas. Por isso quanto a esse particular não

tinham nenhuma dúvida e o único critério de sempre e só é o preço mais baixo. E o que o senhor deputado foi ali insinuar, a propósito de haver empresas que fazem parte do mesmo grupo, disse que efetivamente, aconteceu em dois procedimentos porque a Lei não o impedia e como tal, os serviços de Contratação Pública iam verificar, só a partir de 2021 é que a Lei passou a proibir que fossem convidadas empresas do mesmo grupo e desde então, os serviços que são zelosos e cumpridores vão verificar se há empresas do mesmo grupo e havendo eram de imediato excluídas. -----

----- Quanto às questões relacionada com contas e números, disse que saiu recentemente o anuário financeiro dos municípios e todos podia verificar que relativamente ao ano de 2021, naquele que é o indicador sobre a sustentabilidade financeira dos municípios, o equilíbrio orçamental, o município de Penafiel foi o melhor dos concelhos do distrito do Porto e o 15.º a nível nacional, num universo de 308 municípios. O volume de despesa paga em aquisição de bens de capital e em transferência de capital na década 2011 a 2021. O município de Penafiel investiu 161 milhões e 60 mil euros naquela década, ou seja, ficou 30.º lugar no país, dos 308 municípios em termos de investimento. Foram o 8.º município com o maior investimento por habitante, 2.321 euros por habitante no concelho de Penafiel nos últimos 10 anos. O volume de investimento pago em 2021, foi de 21 milhão e meio de euros, foi o 20.º melhor município do país em termos de pagamento, de volume de investimento pago, com uma diferença, foi pago sem recorrer ao PAEL ou FAM, ou a outro instrumento de reequilíbrio financeiro, ou seja foi pago, com as receitas que o município gerou. O peso na despesa total com o pessoal, em 35.º lugar ao nível nacional. Nos resultados económicos líquidos 47.º lugar, com dois milhões de lucros. E porque eram um grupo municipal, a Penafiel Ativa EM., a nível nacional 8.ª melhor classificação em termos de passivo exigível, ou seja o 8.º mais baixo do país. A Penafiel Verde EM., nos 20 melhores resultados económicos. Iguamente na AMBISOUA, empresa em que também tem responsabilidades, foi considerada uma excelente empresa e uma das melhores a nível do sector empresarial local. Referiu que tantas coisas boas sobre Penafiel, que o senhor deputado Luís Monteiro podia ter ali abordado e apenas falou de assunto de completo despropósito. -----

----- Informou que tinha a sua posse um ofício de FAM, entidade que foi criada para pagar as dívidas aos municípios que não eram capazes de pagar as mesmas e para o qual o Estado contribui com uma parte e os municípios que não tinham essas dívidas e que tinham melhor situação financeira também contribuíram; Diz o ofício, Penafiel tem direito à distribuição de resultados dessa participação que lá fez, o que era histórico. Portanto, Penafiel vai receber, relativamente às contas de 2021, 25.900.34 euros, ou seja, vai receber dividendos das aplicações financeiras que fez para salvar a vida a outros municípios que estavam com "a corda ao pescoço", municípios esses, que os senhores deputados do PS, ali já têm elogiado. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que a intervenção do senhor Presidente de início tinha sido calma e de repente notou-o muito incomodado mas o incómodo não lhe dava o direito de insultar ou deixar de dar respostas das quais questionou. Foi acusado de levantar suspeições mas apenas disse qual foi a posição da Câmara Municipal e a posição dos senhores vereadores do PS que iam enviar o processo para o Ministério Público e o senhor Presidente da Câmara disse que ia pedir uma parecer à



Procuradoria-Geral da República. Disse que não levantou suspeição nenhuma apenas se baseou em factos. -----

-----Relativamente às artes gráficas, perguntou apenas se conhecia as empresas Invulgar e a Grafic 24 e se sabia que eram geridas pelas mesmas pessoas, pergunta que o senhor Presidente não respondeu. -----

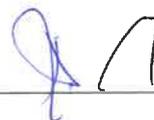
-----Mais disse que o senhor Presidente apresentou ali uma série de tabelas do anuário financeiros mas esqueceu-se da que dizia que Penafiel era o pior, dos 308 municípios com maiores diferenças negativas entre o grau de execução de receitas liquidadas e do grau execução das despesas assumidas. --

----- **3.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da 4.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita, 5.ª Alteração Modificativa ao Orçamento da Despesa e 3.ª Alteração Modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos, para efeitos do previsto na alínea a), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Disse que todos os anos tinham a mesma "encenação" que é de tirar verba a um orçamento que é aprovado no início do ano, e de 85 milhões de euros, passavam a ter menos 5 milhões de euros. É evidente que aquela redução tem implicações num conjunto significativo de obras ali elencadas e a Assembleia Municipal, como órgão que fiscaliza a ação do município questionavam. Por exemplo: Creche na freguesia da Santa Marta, menos 150 mil euros; Beneficiação da av. 20 de Julho em Rio de Moinhos, menos 350 milhões de euros; Construção do polo desportivo de Oldrões, menos 649 milhões de euros; Centro cívico de Cabeça Santa, entre o terreno e o edifício 240 milhões e euros. Aquelas são parcelas que no conjunto das quatro correspondiam ao valor significativo de 5 milhões de euros, que num lapso de ilusionismo desaparecem de um orçamento inicialmente previsto de obras a executar. Era evidente que o PS tem feito muitas críticas e sempre o disseram que fazer planos com aquela tão grande margem de manobra que tudo se prometa e pouco se cumprisse. É naquela senda que o PS tem andado a assistir o que era um problema de uma Assembleia Municipal que devia dignificar mais a ação de quem foi eleito e representa as populações independente de ser maioria ou minoria. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Referiu que ciclicamente vem dizendo que entende aquelas propostas da Câmara Municipal, como um ato de boa gestão, porque, como disse e bem o senhor deputado Luís Monteiro, que no anuário financeiro dos municípios há uma nota que de facto Penafiel é um concelho onde tem um grau de execução diferente do grau de previsão. Isso são coisas totalmente distintas, ou seja, o anuário financeiro preocupava-se com a execução e com aquilo que era a saúde financeira do município uma vez que o orçamento era uma previsão e como tal por vezes falhava, ou não se executa aquilo que se pretende e por vezes intencionalmente alocavam-se verbas sabendo que não vão ser executadas. Isso tem uma lógica e uma razão de ser, porque se não têm as verbas inscritas não podiam ir às candidaturas, porque é pressuposto das mesmas existir PPI e rubrica orçamentada para se puder avançar com o PRR. Isso fazia toda a diferença e é por isso que Penafiel consciente das regras orçamentais aloca sempre ua quantia suficiente e superior para poder candidatar-se, sendo um dos 308 municípios, aquele que mis investe e consegue obter a dívida "virtuosa" que é a dívida que permite ir



buscar a fundos comunitários 85% do investimento. O Executivo quando chega outubro/novembro e descobre que efetivamente não é possível, por circunstâncias várias, nesse ano executar a totalidade daquilo que está previsto, tem aquela possibilidade de alteração. Se raparem nos documentos, podem verificar que há uma diminuição e não uma eliminação e quando aprovavam o orçamento não estavam a iludir ninguém apenas diziam que aquelas rubricas vão ser incorporadas no PPI, que é feito na lógica dos 4 anos, e portanto se executarem a totalidade naturalmente reduziam aquilo que estava em excesso, mantendo-se a rubrica sempre para os anos seguintes na logica dos 4 anos. O executivo, e bem, chegou a esta altura e descobriu, por exemplo, que nas *grandes reparações e adaptações do prédio* estavam previstos 137 mil euros e retiraram 50 mil euros porque até ao final do ano não o iam gastar. Também nas obras de manutenção do pavilhão das feiras e exposições dos 59.700 mil euros foram retirados 84, 85 euros, o que significava que eram sobras, ou seja, a obra estava executada, a rubrica constava e foi retirada porque já não estava lá a fazer nada. E tudo aquilo era boa gestão e as boa opção gestonária tem que ser valorizada e por isso que o grupo municipal da coligação Penafiel Quer, valorizava e apoiava aquelas iniciativa do executivo e por isso merecia o voto favorável da bancada. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- – 13 votos contra dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova. -----

-----**4.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao lançamento da Derrama para o ano de 2023 - Lançamento de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para o ano de 2023, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 15 de setembro, e a isenção de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios que não ultrapasse os 150 000€, incidente sobre o lucro tributável, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 18º, da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, ao abrigo do disposto**

**no n.º 24, do artigo 18º, da mesma Lei e de acordo com disposto na alínea d), n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;** -----

----- Foi acordado por unanimidade a discussão conjunta dos pontos 4, 5, 6, 7 e 8. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que todos aqueles pontos eram proposta da Câmara Municipal para fixar as percentagens relativamente aos impostos que consolidam as receitas do município. Referiu que a primeira regra do Executivo é que nunca se aumentam impostos e sempre que possível reduz-se até ao mínimo legalmente viável. Nesse âmbito reduz-se as taxas dos impostos porque a vida já é tão cara e difícil para todos cidadãos, que ao reduzir estavam ajudar as empresas, as famílias penafidenses que muito sofrem com impostos que têm que pagar anualmente. -----

----- No que dizia respeito à derrama, disse que a proposta da Câmara fixa em 1,5% sobre o lucro tributável, sendo certo que as empresas de menor dimensão ficam isentas até a um determinado montante e por tanto é assim que vem sendo feito desde o início do século e tem resultado. -----

----- Quanto ao IMI, a Câmara Municipal mantém o mínimo legalmente possível e ainda acrescenta uma redução de 70 euros para os agregados familiares com três ou mais dependentes, ou seja é o mínimo que a Câmara Municipal está obrigada a propor e a Assembleia Municipal aprovar. Disse ter ficar admirado, que os senhores Vereadores do PS, na Câmara Municipal, quando chamados a pronunciar-se sobre a redução mínima, aquilo que é legalmente impossível reduzir, se abstêm de aprovar aquela proposta. Perguntou se os senhores vereadores do PS entendem que a proposta deveria ser, não de 0.3% mas por exemplo de 0.4 ou 0.5%, ou seja, se se devia pagar mais impostos porque só assim entendiam a abstenção. Mais perguntou qual seria o sentido de voto dos senhores deputados do PS naquela matéria. -----

----- A proposta de redução de 20% da taxa de IMI sobre os imóveis arrendados no âmbito do Penafiel Casa Acessível, aplicável a todas as freguesias do Concelho de Penafiel, em que o Executivo mais uma vez, dando cumprimento ao que foi a alteração legislativa promovida pelo Governo da Nação, propôs a redução daquela taxa naquelas circunstâncias e para todas as freguesias e os senhores vereadores do PS abstiveram-se em sede de reunião de Câmara. Assim sendo, perguntou se eram capazes de justificar o porquê de não terem votado favoravelmente a proposta qual é a posposta que deveria vigorar, bem como qual seria o sentido de voto que os senhores deputados do para o Partido Socialista na Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à Participação Variável no IRS para o ano 2023 de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Penafiel, explicou que os 5% é a devolução do IRS pago, que todos gostariam de o ver devolvido, só que aquele é um imposto também amigo das famílias porque em Portugal 70% da população tem uma tributação de entre 20 a 100 mil euros, em que os mais pobres, a grande maioria na região, não pagavam IRS. Perguntou a quem é que queriam que se devolvesse o IRS, se era aos que ganhavam muito, porque os pobres já não pagavam esse imposto e por isso não o podiam devolver. E o Executivo aproveita aquele imposto e vai aloca-lo aos mais carenciados, ou seja, a todos aqueles que mais necessitam de ser apoiados no seu dia-a-dia, seja através das associações ou da ação social em vez de o devolver a quem menos precisa. -----



----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que quanto ao produto de cobrança da Derrama, constitui fonte de receita que visa reforçar a capacidade financeira da autarquia. Pela análise aos valores cobrados nos últimos anos o município de Penafiel arrecada em Derrama um valor que ronda 1M€.-----

----- A proposta da Câmara Municipal pretende abdicar para 2023, à imagem do que tem feito nos últimos anos, de 1,5% sobre o lucro tributável às pequenas empresas na estrutura empresarial local, mais concretamente aquelas que não ultrapassem os 150.000€ incidente sobre o lucro tributável. Referiu que de acordo com as simulações e as contas que o PS fez, esse valor andarà na ordem dos 40€ aos 75€ por ano para cada um dos beneficiários.-----

----- Lembrou que um ano atrás, o PS, nesta Assembleia, atendendo ao histórico dos últimos anos, perguntou ao senhor Presidente Câmara se a câmara tinha informação disponível relativamente ao número de empresários abrangidos e do valor que o município estava a abdicar por ano com esta medida e não obtiveram essa mesma informação, nem do número de beneficiários, nem do valor de receita decorrente dessa isenção. Na proposta agora apresenta continuavam sem obter qualquer informação relativamente a esses dados. Tinham referido no ano passado, entendiam que seria fundamental perceberem se, face ao muito reduzido benefício dos empresários nessa isenção fiscal, se o valor global anual que a Câmara abdica de cobrar não poderia ser investido na economia local, beneficiando mais ainda esses empresários do que aquela medida cega. Porque, nada justifica não terem essa informação passado um ano e uma vez que continuavam na mesma o sentido de voto do grupo municipal do PS era a abstenção, esperando que a Câmara Municipal, pelo menos pudesse estudar melhor aquela questão e prestar o esclarecimento solicitado. -----

----- Relativamente à pergunta do senhor deputado Carlos Pinto sobre o porquê dos senhores Vereadores se terem abtido na proposta do IMI em sede de reunião de Câmara disse que era mais sensato perguntar o senhor vereador Paulo Correia do que à sua pessoa. Contudo, também se iam abster na Assembleia Municipal, porque a proposta é no sentido de reduzirem 70 euros para agregados familiares com 3 ou mais dependentes, e perguntou ao senhor Presidente da Câmara quantos casais penafidelenses são abrangidos por essa medida. Disse que a taxa de natalidade em Penafiel era baixa, e a maioria dos agregados tinham um ou dois filhos, e por isso é que o PS propôs e defende no passado e no presente que essa medida devia abranger agradados familiares com dois filhos e por isso é que o sentido de voto é a abstenção. -----

----- No que dizia respeito à pergunta do senhor deputado Carlos Pinto sobre a intenção de voto do PS, ser abstenção ou o voto contra, no que dizia respeito à proposta da Câmara Municipal de redução de 20% da taxa de IMI sobre os imóveis arrendados no âmbito do Penafiel Casa Acessível, aplicável a todas as freguesias do Concelho de Penafiel, disse que a bancada do PS ia votar favoravelmente essa proposta.

----- Relativamente à Participação Variável no IRS para o ano 2023 disse que no ano passado, a o grupo municipal do PS propôs que a participação do município de Penafiel no IRS fosse de 4%, ou seja, que o município devolvesse 1% do IRS aos penafidelenses de forma a contribuir, dentro das suas possibilidades e sem destabilizar o equilíbrio orçamental, para alguma folga financeira aos penafidelenses. Atualmente, com a dificuldade das famílias em resultado do aumento da inflação, ainda mais justificaria essa medida. A proposta do PS não foi aceite e a Câmara Municipal de Penafiel não quis

acompanhar concelhos vizinhos, como Lousada e Marco de Canaveses que já devolvem 1% do IRS, entre outros aos penafidelenses. -----

-----Explicou que a devolução de 1%, não era para as pessoas mais ricas, pois parecia-lhe que naquele fórum ninguém é rico e todos provavelmente pagavam IRS, estava a falar da classe média e não de pessoas ricas. Assim sendo o PS irá votar contra a proposta. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que o senhor deputado Luís Monteiro considera que a votação do PS no lançamento da derrama de 1.5% devia ser depois de obter a informação sobre quem pagava ou não e o que é que representava. Depois o senhor deputado achava, na questão da redução do IMI, do valor de 70 euros, não devia ser só para famílias com três filhos, explicou que aquela redução era de acordo com a Lei que dizia especificamente "3 ou mais filhos". -----

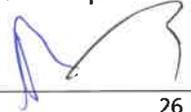
-----Relativamente à Participação Variável no IRS para o ano 2023, disse que o senhor deputado propunha uma redução de 5% para 4% para ajudar os penafidelenses. Perguntou se o senhor deputado tinha feito as contas e sabia quanto é que aquilo representava. -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Relativamente questão da redução do IMI, do valor de 70 euros para famílias com dois filhos, disse que a informação que tinha é que há várias Câmaras Municipais que o faziam, não tinha a certeza que isso era legal ou não, mas se outros municípios o faziam é porque estavam a cumprir a Lei. -----

-----Quanto à redução de 5% para 4% no IRS, disse que não tinha feito as conta, se a Câmara demorava um ano a fazer as tais outras contas que solicitaram e não as fez, também não tem esses dados. O senhor deputado está a perguntar porque essa medida pode resultar de um valor demasiado alto, que é possível que essa medida não seja sensata mas gostaria que a Câmara fizesse essas contas e as disponibilizasse para poderem tomar uma decisão. Está disponível, caso isso pudesse colocar em causa a sustentabilidade financeira do município para entender e reconhecer que é uma má medida, enquanto lhe provarem esse facto continuava achar que era uma boa medida. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha



Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova.

**5.º Ponto – Votação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação das Taxas de IMI para o ano de 2023, nos seguintes termos: Prédios rústicos: 0,8%; Prédios urbanos: 0,3%; Dedução fixa, no valor de 70€, para os agregados familiares com três ou mais dependentes, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, de acordo com o nº 1, do artigo nº 112-A do CIMI, e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ---**

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos.

----- 13 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova.

**6.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de redução de 20% da taxa de IMI sobre os imóveis arrendados no âmbito do Penafiel Casa Acessível, aplicável a todas as freguesias do Concelho de Penafiel, ao abrigo do disposto no artigo 112º, nº 7, do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis; -----**

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 56 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia

Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal), Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oidrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

**----- 7.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Participação Variável no IRS para o ano 2023 – Fixação, para os rendimentos do ano de 2023, de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Penafiel, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do artigo 70.º do Código do IRS, e para efeitos da alínea c) do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----**

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oidrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 votos contra dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova. -----

**----- 8.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2023 em 0,25%, nos termos do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro. nos termos do Regulamento nº 38/2004, de 29 de setembro e para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 106.º, da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua redação atual; -----**

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes

Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova. -----

**-----9.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de alteração ao Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, do da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro; -----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que o grupo municipal do PS irá abster-se a esta proposta e gostaria de se pronunciar quanto às alterações propostas ao Quadro 21 do Cap. II, referente às operações urbanísticas, compreendendo a intenção de desincentivar a construção clandestina de obras e a posterior legalização. -----

----- Receava que o acréscimo de 60% sobre a correspondente taxa de licenciamento ou comunicação prévia para legalização oficiosa de operações urbanísticas leve a um impasse e que não exista a legalização obrigatória. Aliás, em 2010 eram mais de 100 os processos identificados como obras clandestinas em Penafiel. -----

----- Referiu que o problema é que, mesmo que a Lei permita a posse administrativa e a demolição aumentando em 20% os custos ao transgressor, perguntou ao senhor Presidente, durante os mais de 20 que faz parte do Executivo, quantas obras ilegais foram demolidas. Resumiu dizendo que tinha dúvidas se o agravamento destas taxas não só não servirá como desincentivo como poderá agravar ainda mais o problema. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Esclareceu que o quadro 21, do Cap. II, que o senhor deputado referiu, e que propõe um acréscimo de 60% é para a legalização oficiosa por parte do município, ou seja, é quando o município vai colocar os meios do município para substituir o próprio município que não trata dos assuntos como devia tratar. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 41 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes

Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova. -----

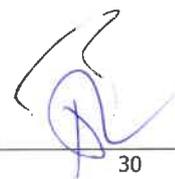
**----- 10.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da atualização dos valores das taxas e outras receitas municipais para o ano de 2023, de acordo com o n.º 2 do artigo 2.º, do Regulamento da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Penafiel; -----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 41 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova. -----

**----- 11.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal do Mapa de Pessoal para o ciclo de gestão de 2023, para os efeitos previstos no art.º 29.º, da Lei nº**



**35/2014, de 20 de junho e na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 54 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal), Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- **12.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal dos Documentos Previsionais para o ano de 2023, bem como autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e Plano Anual de Aquisições, para os efeitos do disposto na alínea a), n.º 1, do artigo 25.º, Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Referiu que execução "A execução orçamental da Câmara de Penafiel, nos últimos cinco anos foi a seguinte: "2017, 50%, 2018, 56%, em 2019, 60%, em 2020, 63%, em 2021 foi de cerca de 60% e este ano, segundo a informação que nos foi prestada, de janeiro a novembro está em menos de 50%, com valor executado, à data de hoje, de 38 milhões de euros. O que temos neste documento, é um orçamento para 90 milhões de euros. A câmara para o ano e contra tudo o que aconteceu nos últimos anos vai arrecadar e gastar cerca de 90 milhões de euros. A câmara municipal coloca neste orçamento 90 milhões para poder concorrer a fundos comunitários. Disse que agora, percebeu porque é que Penafiel é o único município que concorre a fundos comunitários. Tendo em conta os últimos cinco anos, a Câmara consegue executar cerca de 45 milhões de euros. Esta é a realidade, esta é a verdade, é que vai acontecer este ano e o que vai acontecer para o ano e foi o que aconteceu nos últimos cinco anos. Essa forma habilidosa de contornar a Lei porque a Lei diz que todas as Câmaras têm de executar mais de 85% do orçamento municipal e mesmo assim a Câmara volta a apresentar um orçamento que ultrapassa para 2023, os 90 milhões de euros. Este empenhamento sucessivo tem como objetivo, como têm vindo a denunciar, o objetivo claro não é dos fundos comunitários, é de enganar a população e os senhores Presidentes de Juntas de Freguesias. Mencionou



que não é por acaso que ouviam as queixas do senhor Presidente da Junta de Luzim e Vila Cova assim como as queixas idênticas do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abragão.-----

-----Disse que aquele documento não é sério, não é verdadeiro, não aponta uma política, não define uma estratégia, não aponta um caminho de desenvolvimento e também discrimina algumas freguesias. Mas o documento podia ser uma coisa diferente. Desde logo podia ter tido mais participação da oposição. O PS gostaria de ter podido apresentar as suas propostas para a área da resposta aos problemas da habitação, mas também na área da saúde, na área do turismo, na área de fixação de riqueza e de incentivo ao investimento.-----

-----Sabiam que não é possível obter resultados diferentes com as mesmas ações. E é com muita preocupação que vemos a coligação PSD/CDS a insistir numa fórmula gasta que os colocou na mira da Inspeção Geral das Finanças por irregularidades financeiras ou em primeiro lugar pelos piores motivos no Anuário Financeiro dos Municípios portugueses 2021, ou no Relatório do Conselho de Finanças Públicas sobre a evolução orçamental da administração local em que Penafiel consta como um dos piores municípios com pagamentos em atraso superiores a 1M€. Por todas essas razões e coerência o grupo municipal do PS votaria contra naquele documento.-----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que na opinião do grupo municipal Penafiel Quer, os penafidelenses não se deixam enganar e prova disto é que há mais de vinte anos que se andam a "enganar" constantemente dando maiorias sucessivas a esta coligação. Nas eleições Legislativas votaram no PS, disseram que queriam que António Costa continuasse a liderar os destinos do país. Anteriormente disseram que não queriam o PS a liderar Penafiel porque sabiam que o executivo municipal faz obra.-----

-----Referiu que anuário financeiro diz que Penafiel é o 30.º município com o maior volume de investimento direto e indireto, portanto, o investimento é feito em Penafiel. O senhor deputado Luís Monteiro jogava com os números e com as palavras, ainda que os números não fossem reais como os que referiu. A questão do orçamento é uma questão que não tem engano nenhum pois o município aloca ao PPI as obras que considera necessárias fazer nos quatro anos a que obriga a Lei, na lógica da rotatividade, e ciclicamente vai-se renovando de quatro em quatro anos. Recordou que não disse que o município de Penafiel é o único que vai buscar fundos comunitários, mas o que disse é que nos 308 municípios do país é o que está mais bem colocado no ranking daqueles que aproveitam melhor os fundos comunitários. Disse que aquele era um orçamento com equilíbrio orçamental.-----

-----Concluiu dizendo que aquilo que é a despesa e aquilo que é a receita estavam equiparadas e por isso o município tem de facto saúde financeira, e ano após ano vai demonstrando com a sua execução que faz obra. Os penafidelenses estavam satisfeitos, o grupo municipal da coligação Penafiel Quer também estava e por isso, continuava apoiar a decisão gestonária do executivo.-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abragão: Começou por referir que estava muito feliz e orgulhoso por ser o Presidente da Junta de Freguesia de Abragão, estava com muita força e muito empenhado.-----

-----Disse que ia votar contra aquele orçamento e fazia-o com a consciência de que ele não contempla os superiores interesses de Abragão, não respeitava o direito de ser ouvidos, nem o direito de apresentar o Plano Estratégico de Desenvolvimento para vila, nem o direito de conjuntamente de

planear o investimento público para a freguesia. Ninguém conhecia Abragão nem as suas pessoas, nem as suas necessidades como a Junta de Freguesia de Abragão e aquele documento não contemplava os seus pedidos nem as suas necessidades. Senhor Presidente pode dizer-lhe que não é obrigado a reunir-se connosco na elaboração do orçamento no que ao investimento das freguesias diz respeito, mas permita que lhe diga que não é assim, deve fazê-lo pelo respeito que as freguesias são credoras, pelo respeito que recebiam quando foram democraticamente eleitos, pela responsabilidade que todos os dias assumiam pelas pessoas pelo seu território. Devia fazê-lo pelo direito que recebem à pronúncia pela forma de que como eram gastos os dinheiros públicos e investimentos nas freguesias de forma planeada, equitativa, racional e infraestrutural. Não os ouviu, mas se e o tivesse feito não fazia nada, que muitos dos senhores Presidentes de Câmara Municipal faziam. Recordou que lhe tinha feito esse pedido em Assembleias anteriores. Não cabe ao executivo camarário por si só definir e decidir as opções para a construção do futuro da freguesia, mas sim a todos os que legitimamente foram eleitos para isso mas cabe-lhe a obrigação de se reunir com os autarcas de freguesia, de os ouvir e entender os seus projetos e com eles criar o planeamento, os apoios, as candidaturas, as calendarizações e incluí-las nos diversos orçamentos do mandato. Por isso ia voto contra naquele orçamento porque, o senhor Presidente esqueceu-se completamente da freguesia de Abragão. Deu exemplo das obras da rua da Agrela, orçamentada em 53 mil euros, obra essa que foi a concurso em 2021 e que já em situação de audiência prévia foi retirada a 30 de setembro, logo após as eleições. Centro Cívico de Rabaçais, 105 mil euros, obra que deveria estar concluída em agosto de 2021 e ainda não estava. Para que são os 105 mil euros? Para concluir? Fazer a segunda fase? Para reposição do equilíbrio financeiro? Pois não sabia e esperava que o senhor Presidente o informasse. Mas se for para concluir a obra, já há muito que deveria estar. Se for para a execução da segunda fase, está a meter "coro", porque é um pedido que já lhes tinham feito. Se for para a reposição do equilíbrio financeiro, não fazia sentido porque a obra já devia estar concluída em agosto de 2021, pelo que não existirá esse direito. O parque de lazer, 5 mil euros, valor que transita do orçamento anterior. Ampliação do cemitério, 114 mil euros, já vinha de sucessivos orçamentos anteriores, obra essa que já devia há muito deveria ter sido feita. Para além de obras que transitam de orçamentos anteriores, não executados, não contempla mais nada para o ano de 2023. -----

----- Mais disse que o senhor Presidente também não se reuniu com a Junta de Freguesia para negociação da transferência de competências. No ano de 2008, a Junta de Freguesia de Abragão recebia de transferência de competências do município 52.259 euros. Em 2022 recebe 34.450 euros, e já com o tal aumento de 10%. Isto é, para a execução de obrigações transferidas das freguesias, passados 14 anos receberam menos 17.759 euros, acrescentando-se a isso o aumento da extensão dos caminhos e ruas. Alargamento sem comparação com o combustível, equipamentos, mão-de-obra, reparações, sinalização entre outros e isso era comum a todas as freguesias. Dir-lhe-á o senhor presidente que estava na Lei, que o município não podia ter mais despesa com a transferência de competências do que aquela que teria se assumisse a sua execução. Perguntou se em 2008 o município estava a cometer alguma irregularidade. Claro que não. Agora sim, estava a penalizar as Juntas de Freguesia. -----



-----Também gostava de saber quais eram os critérios pra chegar aos números e valores que lhes eram pagos. Como se podia justificar e aceitar toda aquela situação. Mais perguntou ao senhor presidente se estava disponível ao não para corrigir toda aquela injustiça.-----

-----Terminava com a garantia, aberto ao envolvimento de todos quantos quisessem servir efetivamente as populações.-----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Começou por referir que estavam a discutir os os documentos provisionais para o próximo ano, documentos esses que se revestem da maior importância para o concelho e todos os penafidenses. Disse que foi cumprida escrupulosamente a legislação que diz respeito ao estatuto da oposição, os documentos foram enviados dentro do prazo que a lei determina. Ora, se a oposição não fez chegar à maioria do executivo municipal, nenhuma proposta para inserir naquele documento, não iam adivinhar quais era os anseios da oposição.-----

-----No que dizia respeito à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abragão, disse que aqueles documentos e aquilo que eles continham não constituem apenas trabalho da Câmara Municipal, envolvia todo o município, ou seja, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Compreenderia o senhor Presidente da Junta que a Câmara tem uma maior responsabilidade na elaboração daqueles documentos. Quando iam a votos comprometiam-se com determinado programa e quando voltavam a votos têm que prestar contas daquilo que fizeram. Da sua preocupação de quando foi a votos, foi sempre de prestar contas daquilo que fez e dos executivos que liderou fizeram e nunca prestou contas do trabalho feito pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, cada um tinha que prestar contas por si. Têm sempre a perceção de que eram documentos que envolvem a todo o município, mas também têm a perceção que é a maioria do Executivo o principal responsável pelos documentos que ali apresentam e que devem estar em sintonia com os compromissos que assumiram com todos os penafidenses. Mais disse que o senhor Presidente da Junta não devia estar assim tão agastado porque recentemente viu uma notícia sobre a obra de ampliação do cemitério de Abragão e não foi a Câmara Municipal que a fez.-----

----- Era verdade que o orçamento ora apresentado chegava a 90 milhões, é dos maiores de sempre, mas existem explicações óbvias para isso. E quem analisou os documentos verificou que, só por via da descentralização de competências na educação, na saúde, na ação social, eram cerca de oito milhões de euros que orçamento tinha a mais. Ao nível do Plano de Recuperação e Resiliência, na habitação, nas infraestruturas sociais, na residência que aprovaram no PRR para jovens universitários, que vai nascer na Rua Alfredo Pereira, e que vale um milhão de euros. Com que têm previsto de PRR eram mais cinco milhões do que tiveram no ano em curso, assim sendo já iam 13 milhões de euros a mais. Este orçamento, comparativamente ao do ano passado, é muito mais rígido, muito mais rigoroso, ainda que em termos absolutos fosse daquele valor e daquela dimensão, mas era necessário olhar para as rubricas e ver o que elas traduziam e os que elas significavam.-----

-----Referiu que todas as grandes obras e os todos compromissos essenciais estão ali devidamente acautelados, quer em rubricas específicas, quer em rubricas genéricas que permitem depois acomodar. Aliás, se assim não fosse não teria mostrado aqueles quadros recolhidos do anuário financeiro que anteriormente referiu. Penafiel é o município que ao nível dos 308 teve, na última década, o oitavo maior

investimento por habitante, o que era um facto extraordinário. Tinham essa preocupação e têm também acauteladas as funções sociais e económicas para enfrentar os tempos difíceis que se aproximam, porque o próximo ano vai ser um ano muito exigente e o município tem que ter folga orçamental para fazer face, como têm feito até então, acudindo sempre aos mais frágeis e nunca descuraram ao longo dos anos. -----

----- Tinham também os impostos municipais mais amigos das empresas e das famílias da região e isto só pode ser feito com boa gestão. Se têm aquele nível de investimentos, o nível de pagamentos que efetuavam, sem ir ao FAM, até receberam dividendos do Fundo de Apoio Municipal e a obra continua a ser feita, há certamente algum mérito no executivo. -----

----- Apelou à Assembleia Municipal para que validasse aquela proposta porque ela é boa para o concelho de Penafiel e vai ao encontro daquilo que os penafidelenses disseram que queriam quando se pronunciaram em 2021 e isso tinha que ser respeitado. -----

----- Referiu mais uma coluna do anuário financeiro a propósito dos pagamentos, lembrando que da dívida de curto, médio e longo prazo, o passivo global da Câmara Municipal Penafiel é o mais baixo de todos os municípios da região.-----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- – 13 contra dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova.-----

----- **13.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal das Taxas de Recursos hídricos de água e saneamento para o ano de 2023 - Penafiel Verde, E. M., nos termos da alínea b), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu: -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e



Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 13 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova.-----

----- **14. º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da minuta do Contrato Programa para 2022, a celebrar entre o Município de Penafiel e a Penafiel Verde, EM, relativo à definição da missão a ser cumprida pela empresa, no quadro do seu objeto social e no âmbito da gestão, construção, renovação, reabilitação e exploração dos sistemas municipais de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, nos termos do artigo 47.º, n.º 5, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto;**-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu: -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 43 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 12 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha



Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova. -----

**-----15. º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de concessão de autorização à Penafiel Verde, EM, para a realização de uma candidatura à Linha BEI PT 2020, para financiamento parcial da Operação POSEUR-03-2012-FC-001478: "Melhoria dos Sistemas de Saneamento de Águas Residuais nas Várias Freguesias do Concelho - Execução de Rede e Aquisição de Equipamentos de Transportes e Tratamento", no montante de 1.450.000,00€, para efeitos do disposto na al) n, do n.º 1, do artigo 25.º e da alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 56 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal), Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

**-----16. º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal, de uma parcela de terreno, sito no lugar de Coradeiras/Rua Santo André, da freguesia de Penafiel, com a área de 16.927,00m2, a confinar de norte e poente com Quinta de Pussos, de nascente com Natália Silva Carvalho, Herdeiros e de sul com Caminho Municipal/Rua Santo André, para efeitos do disposto nos n.ºs 2 e 3, do art.º 53.º do Código do Procedimento Administrativo, para os efeitos previstos na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º do Anexo I, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se: -----

----- O senhor deputado Luís Monteiro: Disse que o grupo municipal do PS iria votar favoravelmente aquele ponto, contudo perceberam que aquela desafetação do domínio público para o domínio privativo municipal teve por base um pedido dos proprietários da Magikland e por isso queriam deixar a ressalva que naquele momento votariam a favor mas a seguir, como provavelmente a intenção



dos proprietários é adquirir aquela parcela e porque entendiam que havia outras formas, porque era um domínio público e podia ser por renda, por concessão ou de outras formas. Deve ser encontrada outra forma, jurídica e administrativa no sentido de permitir o negócio que está a ser solicitado, uma vez que o entendimento do PS que a parcela não devia ser vendida. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 49 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Cabeça Santa, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal), Castelões, Capela, Duas Igrejas, Fonte Arcada, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- **17.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da Proposta final da 7.ª alteração ao Plano Diretor Municipal, nos termos e para efeitos do n.º 1, do artigo 90.º, do Decreto-lei n.º 80/2015 de 14 de maio (RJIGT);**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 38 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha e os senhores Presentes de Junta de Freguesia Cabeça Santa, Castelões, Capela, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

----- 11 abstenções dos senhores deputados Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja



Guimarães, e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal) e Luzim e Vila Cova. -----

**-----18.º Ponto – Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de adesão do Município de Penafiel à AICE - Rede Internacional de Cidades Educadoras; -----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade, com 56 votos a favor dos senhores Ana Isabel de Freitas Lourenço, António Carlos Sousa Pinto, Alberto Clemente de Melo e Sousa, António Gaspar Ferreira Dias, António Duarte Conde Almeida da Cunha, Liliana Cristina Gomes Nunes, Pedro Nuno de Sousa Bessa, António José Moreira Pinto Freire de Oliveira, Pedro Miguel Ferreira Barbosa, Vitorino de Oliveira, Andreia Cristina Pereira de Carvalho, Luís Filipe Martins Pereira, Joaquim Luís da Rocha e Silva, Bruno Rafael Sousa Araújo, Joaquim Lindoro de Sousa Azevedo, Maria de Fátima Azevedo Magalhães, Joaquim Teixeira Bessa, António José Vieira da Rocha, Maria Balbina Soares de Melo Rocha, Nuno Miguel da Costa Araújo, António José de Sousa Pinto, Maria Celeste Marinho Carvalho Mesquita, Maria Inês Rocha Monteiro, Maria de Fátima de Sousa Oliveira, Luís Alberto Correia Monteiro, Renato Joaquim Rocha Barros, Luís Alexandre Igreja Guimarães, José António da Silva Oliveira e os senhores Presentes de Junta de Freguesia de Abragão, Boelhe, Bustelo, Cabeça Santa, Canelas (secretária Junta de Freguesia Cláudia Daniela Rocha Leal), Castelões, Capela, Croca, Duas Igrejas, Eja, Fonte Arcada, Galegos, Guilhufe e Urrô, Irivo, Lagares e Figueira, Luzim e Vila Cova Oldrões (secretária Junta de Freguesia Sandra Patrícia de Almeida Silva, Paço de Sousa, Penafiel, Peroselo, Rans, S. Mamede de Recezinhos, S. Martinho de Recezinhos, Rio Mau, Rio de Moinhos, Sebolido, Termas de S. Vicente, Valpedre, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Alberto Fernando da Silva Santos. -----

**-----19.º Ponto - Conhecimento da minuta da ata e das atas das reuniões de Câmara Municipal aprovadas, nos termos da alínea x), do n.º 1, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----**

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

----- Encerrado o período da ordem do dia, foi dado início ao período de intervenção do público. -----

----- Abertas as inscrições, ninguém se inscreveu. -----

----- No final da sessão, todos os pontos importantes foram aprovados em minuta, tornando-se, assim, imediatamente eficazes as deliberações tomadas. -----

----- Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, lavrando-se a presente ata, a qual depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Senhor Presidente, Alberto Fernando da Silva Santos e por mim, Anabela Moreira Rodrigues, que a secretariei. -----

